

EXPRESSÃO DO CORPO FEMININO NEGRO NA MÍDIA IMPRESSA.

Leandro José dos Santos, Dagoberto José Fonseca – Antropologia – Ciências Sociais – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

A antropologia do século XIX buscou o conhecimento empírico do corpo perfeito. Por meio das medidas e análises craniométricas buscava-se identificar uma beleza associada à evolução. Corpo e corporeidade foram as principais ferramentas utilizadas para a regulação dos hábitos e comportamentos humanos, tornando-se objetos de constante vigilância, passando, portanto, por um processo de normalização e adestramento social. Os corpos negros e femininos foram os alvos privilegiados neste debate. A negritude por ter sido apresentada pela teoria científica da época como sendo uma característica negativa; já a feminilidade foi constituída como sendo o principal canal de contato com o prazer, o mistério e a desordem. O culto ao corpo nos dias atuais também tem uma relação direta com a busca pela beleza e perfeição. No entanto, os novos padrões de beleza associam perfeição ao consumo de determinados produtos, imagens vendidas na TV, filmes e nos meios de comunicação impressos. Os novos padrões de beleza combinam indústria da moda e mercado editorial a um conjunto de significados e símbolos imbricados no imaginário social sobre os corpos, elevando-os, mais uma vez, à posição de destaque (CASTRO, 2003; FONSECA, 2000).

Buscar-se-á neste trabalho compreender como as imagens de mulheres negras veiculadas em artigos da mídia impressa brasileira apresentam e dão significado ao feminino servindo-se da iconografia de seus corpos. Analisaremos as representações simbólicas de mulheres negras em reportagens jornalísticas. O ponto central de nossas observações é a revista *Época*. Nossa pretensão é estudar a expressão do corpo feminino negro na mídia impressa brasileira. Queremos entender quais interpretações e significados são construídos sobre as mulheres negras no discurso midiático.

O trabalho estrutura-se da seguinte maneira: primeiro abordaremos o contexto sócio-histórico no, e pelo qual, as formas simbólicas sobre o corpo feminino negro foram construídas e firmadas em contextos sociais específicos, levantaremos as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas referentes à mulher negra. Nossa abordagem privilegiará práticas e relações sócio-étnico-raciais e de gênero vividas no Brasil durante o século XIX e anos subsequentes. Para a realização de tal tarefa foi-nos necessário fazer o levantamento e posterior análise de uma bibliografia pertinente. Em seguida estudaremos as representações simbólicas sobre o corpo feminino negro no contexto atual. Nesse segundo momento nossa atenção recairá sobre a análise de artigos/reportagens da revista *Época*. As revistas analisadas estão inseridas no volume de publicações do segundo semestre de 2006. A leitura dos editoriais das revistas permitirá traçar um perfil do projeto editorial do periódico. Depois, debruçaremos-nos sobre a (re)interpretação das reportagens selecionadas – todas aquelas que trazem mulheres negras como objeto central do conteúdo jornalístico. Por último, tentaremos apresentar um pequeno esboço sobre possíveis conclusões.

Os principais resultados deste trabalho apontam o século dezenove como um período de grande valia ao nosso estudo. Esta fase da história brasileira está marcada pela vinda de D. João VI às terras da antiga colônia; pela criação do Estado brasileiro como nação independente; e pela implantação de um projeto de transformação do Brasil em um país moderno, evoluído e civilizado. Foi o antigo monarca que impulsionou a criação e instalação de instituições para o fomento do ensino e pesquisa em terras brasileiras. Seu retorno à Portugal possibilitou a D. Pedro I assumir o poder. Este, por sua vez, anunciou a independência da nova nação e se posicionou como o principal financiador da proposta de modernização. Esse projeto tinha como pauta modificar os hábitos e costumes do antigo colonizado. A responsabilidade pela execução desta proposta coube, principalmente, aos médicos higienistas (SCHWARCZ, 1994; SEVCENKO, 1995).

Dentre as instituições criadas a partir deste período, as faculdades de medicina ganharam posição de destaque. Coube a elas apontar os males que causavam o suposto atraso da nação. Visualizaram na sociedade brasileira a doença e o caos. Os intelectuais da medicina promoviam discussões relativas a vários temas: doenças (varíola, sarampo, sífilis, febre amarela, etc); criminologia; eugenia. Atribuíram à população negra toda a responsabilidade pela propagação das doenças, instabilidade econômica e social, e imperfeição étnica no povo brasileiro. As mudanças propostas pelos homens de ciência atingiam antigos costumes, hábitos e tradições arraigados no

cotidiano e modo de vida das pessoas (COSTA, 1989; SCHWARCZ, 1994; SEVCENKO, 1995). Negros, mestiços e indígenas foram renegados à condição de subalternidade inferioridade sob a justificativa de que eram povos degenerados, inferiores e responsáveis pelo atraso político, econômico, cultural e social do país. Nesse contexto, a mulher também aparece configurada com um caráter de inferioridade e submissão. A ciência do período determinava que a mulher deveria permanecer sob a guarda, proteção e tutela do homem (COSTA, 1989; RODRIGUES, 1938).

O Estado, por meio da medicina, prometia melhorias na vida da antiga família colonial, prometia levar à elas a civilização, a saúde higiênica. O grande desafio, no entanto, consistia em levar o progresso sem modificar a ordem social estabelecida, a pergunta que se colocava era como negar esse progresso ao negro? Essa questão foi facilmente resolvida pela medicina. O negro, antes considerado um animal útil e incorporado ao patrimônio e propriedade do senhor, foi transformado em animal nocivo à saúde, portador de doenças e anormalidades. Todo esse discurso garantia a felicidade física e racial, a riqueza econômica e riqueza espiritual e moral ao indivíduo branco e constituinte da classe abastada da época, sem, contudo, estendê-las aos negros, mestiços, e brancos pobres. Equiparado a agentes causadores de doenças e moléstias os negros foram rotulados como preguiçosos, degradados moral e sexualmente, libertinos e fomentadores da prostituição (COSTA, 1989; FREIRE, 2003; SCHWARCZ, 1994; SEVCENKO, 1995; RODRIGUES, 1938).

A tentativa de regeneração propunha a adoção de hábitos e consumo de produtos europeus. A invasão súbita desse mimetismo tomou toda a cidade, sede do governo federal – Rio de Janeiro. O que por sua vez, exigia a destruição da antiga estrutura da cidade carioca, que não suportava nem agradava mais os indivíduos europeizados. Ruas estreitas, péssimas condições sanitárias e a grande massa de negros e mestiços presentes na antiga capital federal revelavam um país atrasado e degradado. Era preciso uma modernização, alinhar-se aos padrões europeus. O Rio de Janeiro passou por uma grande reforma: casarões coloniais foram derrubados, deram lugar a enormes palácios de mármore em estilo europeu; as ruas foram alargadas; negros, pobres e mestiços foram expulsos do centro da cidade; o movimento higienista institui a vacina obrigatória; criam-se leis regulamentando hábitos e modo de vida das pessoas (havia leis que obrigavam o uso do paletó e outras proibindo a vagabundagem).

Ao ser expulsa do centro da cidade, a população negra e mestiça é obrigada a se estabelecer nos morros, fazendo nascer as primeiras favelas cariocas. Houve perseguições às festas, manifestações culturais e religiosas populares (RIO, 1981; SEVCENKO, 1995).

As formas simbólicas construídas em torno da figura do ser negro costumam relacioná-los ao perigo, à sexualidade, ao ícone da pobreza e do atraso. Essas foram, de um modo ou de outro, as representações construídas por médicos, literatos, teólogos, moralistas ou carnavalescos em torno da população negra. Entretanto, a simbologia envolta da negritude revela alguns pontos importantes. Por um lado percebemos a existência de um discurso incitando as pessoas a evitarem contato com o negro, há a repulsa pelo “mulato”. Mas em outra ponta há argumentos supervalorizando a sensualidade e sexualidade desta população, sob esta ótica não escapa à nossa atenção o lugar esboçado para a mulher negra. Ela é o principal objeto desta antítese, inserem-na em um contexto mítico e contraditório de sedução, desejo, repulsa e perigo. Constrói-se uma imagem estigmatizada de homens e mulheres negras. Isso se torna visível quando analisamos as limitações sociais que impedem indivíduos negros de serem verdadeiros cidadãos, portadores do mesmo leque de direitos e deveres apontados aos brancos. Este ponto poderia ser analisado partindo-se da enorme defasagem econômico-sócio-histórica que atingiu frontalmente o segmento populacional negro após a abolição. Forja-se a figura da mulher em torno da submissão, da sensualidade, do perigo e do prazer. Ao mesmo tempo ligada à pobreza e à miséria (CORREA, 1996; COSTA, 1989; FREIRE, 2003; MOURA, 1988).

Diante do exposto, verificamos que a análise do material iconográfico, encontrado nos artigos/reportagens da mídia impressa brasileira, pode ser um excelente instrumento de estudo na medida em que permite (re)interpretações supostamente verdadeiras da vida real cotidiana na qual as pessoas estão inseridas; revela as estruturas e contradições da sociedade brasileira e do mundo; permite verificar a existência de formas simbólicas referentes à corporeidade da mulher negra, nosso objeto de estudo; e, por fim, permite verificar como é representada a configuração sócio-étnico-racial brasileira na mídia jornalística impressa.

Alguns trabalhos referentes à aparição de mulheres negras nas páginas de revistas e/ou jornais revelaram que a imagem iconográfica do corpo feminino negro está diretamente ligada às estruturas e papéis sociais historicamente determinados a essa personagem.

Farias, em trabalho sobre a presença de corpos negros na publicidade da revista *Veja* da década de 1970, revela que a vinculação da imagem de homens e mulheres negras em textos publicitários naquele período é quase inexistente, quando apareciam eram freqüentemente estereotipados pelo signo da inferioridade. Ao que se referia à mulher negra, havia a intenção de conectá-la ao espaço doméstico, numa tentativa incessante de mantê-la associada ao passado escravista. Outro estereótipo atribuído aos negros e negras na publicidade utiliza-os como símbolos do futebol e do atletismo, atividades ainda ligadas à falta de escolaridade e à pobreza. Outro eixo de representações publicitárias relacionadas ao público negro tende a mostrar a sociedade brasileira com sendo o símbolo mundial da diversidade, neste caso, a mistura racial forneceria a base para o orgulho da nação. Outros anúncios publicitários relacionam o corpo negro ao corpo exótico, este tipo de publicidade estava veiculado a anúncios do mundo da moda, destinado a públicos de alta renda. Por último, há ainda as representações de pessoas e/ou grupos de negros nitidamente ligados ao carnaval, ao candomblé, e ao estado da Bahia/cidade de Salvador (FARIAS, 2003).

Em “Sexo tropical”, Piscitelli ressalta que os atributos das “morenas” retratadas nos textos publicitários das revistas *Veja*, *Isto É*, e *Marie Claire* da década de 1990, em textos publicitários ligados ao turismo sexual, tendiam a mostrar formas sinuosas, bundas arrebitadas e peles mais ou menos escuras. Para Piscitelli, os atributos recorrentemente associados à figura da “mulata” no Brasil são a alegria, a sensualidade, juventude, enorme disposição para o sexo e certa passividade (PISCITELLI, 1996).

A análise dos editoriais da revista *Época* revelou dois traços fundamentais ligados ao projeto editorial deste semanário. Primeiro, em *Época*, há uma preocupação e insistência forte em querer mostrar/revelar, aos leitores, a competência e capacidade dos profissionais que fazem parte da equipe de pesquisa, seleção e editoração das notícias vinculadas em cada edição. Há uma recorrência, por parte do diretor chefe, em tecer elogios aos profissionais que trabalham com ele. Outro ponto importante a ser ressaltado refere-se à preocupação da revista em querer parecer um meio de comunicação interativo. Muitas reportagens são apresentadas como co-produzidas por profissionais de época e publico/leitor. “*Vivemos uma era em que a interatividade não é apenas um complemento ao conteúdo, é a alma da comunicação no século XXI*”, ressalta Helio Gurovitz, diretor de redação de *Época* (*ÉPOCA*, n. 424, julho 2006, p 8).

Ao que se refere aos artigos/reportagens percebemos que ainda existe uma inexpressividade de mulheres negras em artigos da mídia brasileira, quando aparecem, são na maioria das vezes estigmatizadas e subalternizadas socialmente. Dentre as treze edições de *Época* analisadas por nós, só encontramos duas reportagens que tinham como protagonistas centrais figuras femininas negras. Outras duas reportagens trazem essa iconografia, mas o conteúdo escrito não se refere diretamente à imagem que está sendo mostrada, mas a outros contextos sociais. Foram analisadas mais de mil e quinhentas páginas, destas, apenas doze trazem reportagens cujo conteúdo contemplam o contexto social em que estão inseridas as mulheres negras brasileiras. São basicamente quatro reportagens. A primeira delas refere-se à divulgação de um estudo realizado nos Estados Unidos sobre a ocorrência de câncer de mamas em mulheres brancas e negras. O estudo sugere que a doença é mais agressiva em mulheres negras que em mulheres brancas da mesma faixa etária. Os resultados da pesquisa sugerem que a origem desse tipo de tumor pode ser determinada hereditariamente. Segundo a reportagem, o impacto desse tipo de tumor no índice de mortalidade é muito significativo. Mulheres negras da Carolina do Norte morrem 77% mais vezes do que as mulheres brancas na mesma faixa etária (*ÉPOCA*, n. 424, julho 2006).

A segunda reportagem trata do drama vivido pelas mães dos jovens negros, assassinados nas periferias das grandes capitais brasileiras, vítimas do tráfico. Verificamos que logo nas primeiras páginas a reportagem de Elaine Brum chama a atenção para alguns dados estatísticos sobre as causas das mortes dos jovens brasileiros. Brum aponta que a morte não tem apenas idade, mas também tem cor e classe social. Segundo ela, estudos feitos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro revelam que os jovens pardos e pretos têm duas a três vezes mais chances de serem assassinados, quando comparados aos jovens brancos. Por um lado, a reportagem revela este dado, no entanto, em seguida sugere que a causa da mortandade de jovens negros nas periferias brasileiras tem relação direta com fatores sociais. “*Na comparação das taxas de homicídios dos moradores de diferentes bairros das capitais, as estatísticas são mais altas onde a renda é menor*” (*Época*, n. 428, p. 68). O ponto central da reportagem gira em torno de depoimentos fornecidos por mães de jovens ex-traficantes,

assassinados. A iconografia revela mulheres de meia idade, pobres, imersas em condições de pobreza e miséria absoluta (Época, n. 428, julho, 2006).

Os outros dois artigos fazem parte de uma série de reportagens sobre a avaliação do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O primeiro artigo mostra dados sobre os feitos de Lula na habitação; já o segundo artigo aponta os resultados do governo atual na luta contra o racismo. A primeira matéria fornece uma iconografia de algumas senhoras caminhando aleatoriamente pelo pátio de um conjunto residencial de apartamentos populares. A outra foto revela uma jovem negra que, por conta do Programa Universidade para todos (PróUni), do Ministério da Educação, conseguiu adentrar no mundo universitário (ÉPOCA, n. 433, setembro, 2006).

Durante a análise das páginas de Época podemos verificar a tentativa da revista em querer mostrar, em uma reportagem ou outra, fotos de mulheres negras. No entanto, isso ocorre de maneira muito moderada e sem contextualização alguma da vida cotidiana dessas personagens. Em nossa avaliação, essa seria uma estratégia da revista em querer se mostrar ao seu público/leitor como uma revista que também revela a “diversidade” da população brasileira.

Deste modo, podemos concluir que há uma inexpressividade de representações e formas simbólicas da iconografia de mulheres negras em artigos/reportagens da mídia jornalística brasileira. As poucas imagens ainda tendem a associá-las ao signo da miséria e da pobreza. Esse fato é mais facilmente inteligível quando se constata que há, no Brasil, uma tendência em querer mostrar desigualdades raciais em termos de classe social ou de status, isso proporciona uma sensação de que inexistente preconceito racial em nosso território. Por fim, cabe dizer que no contexto atual, a corporeidade é manipulada de forma a atender não apenas interesses sociais, mas, principalmente para mascarar relações raciais, comerciais, mas, sobretudo, para esconder relações de poder e dominação de um seguimento populacional sobre o outro (GUIMARÃES, 1999).

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Ana L. **Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilo de vida e cultura de costume**. São Paulo: Annablume, 2003.
- CORRÊA, Marisa. **Sobre a invenção da mulata**. São Paulo: Cadernos Pagu (6-7), p. 35-50, 1996.
- COSTA, Jurandir F. **Ordem médica e norma familiar**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- ÉPOCA. n. 424 - 433, 2006.
- FARIAS, P. Belezas negras à vista: a presença negra na publicidade brasileira dos anos 70. In: TRAVANCAS, I.; FARIAS, P. (Org.). **Antropologia e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 209-225.
- FONSECA, Dagoberto J. Do corpo visível à mulher invisível: miopia, clausura e silêncio. In: **Negros corpos [I]maculados: mulher, catolicismo e testemunho**. São Paulo: Tese de Doutorado, PUC-SP, 2000, p. 28-92.
- FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48 ed. Recife: Global, 2003.
- GUIMARÃES, Antonio S. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: editora 34, 1999.
- MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.
- PISCITELLI, Adriana. **Sexo gênero e raça em alguns textos da mídia brasileira**. Campinas: Cadernos Pagu (6-7), 1996, p. 9-34.
- PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1995.
- RIO, João. **Histórias da gente alegre: contos, crônicas e reportagens da belle-épóque carioca**. Seleção, introdução e notas de João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- RODRIGUES, Raimundo N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1938.
- SCHWARCZ, Lília M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questões raciais no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- SEVCENKO, Nicolau. “A inserção compulsória do Brasil na belle-épóque” in: **Literatura como missão: tensões culturais e criação cultural na primeira república**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense. 1995.